



Artigo de investigação

# A GUERRA DE NIXON CONTRA A DROGA E A ASCENSÃO DA VIGILÂNCIA VIRTUAL DAS FRONTEIRAS NOS ESTADOS UNIDOS

*Tradução para o português com ajuda de IA (DeepL)*

**J. Luigi M. Kunz Saponaro**

**Investigador doutorado na Universidade Carlos III de Madrid.**

**Mestrado em Geopolítica e Estudos Estratégicos.**

**Mestrado em Segurança, Defesa e Geoestratégia.**

**jkunz@hum.uc3m.es**

Recebido em 31/03/2025

Aceite em 21/05/2025

Publicado em 27/06/2025

Citação recomendada: Kunz Saponaro, J. L. M. (2025). A guerra às drogas de Nixon e o surgimento da vigilância virtual de fronteiras nos Estados Unidos. *Revista Logos da Guarda Civil*, 3(2), p.p. 147-170.

Licença: Este artigo é publicado sob a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International (CC BY-NC-ND 4.0).

Depósito legal: M-3619-2023

NIPO em linha: 126-23-019-8

ISSN em linha: 2952-394X



## A GUERRA DE NIXON CONTRA A DROGA E O AUMENTO DA VIGILÂNCIA VIRTUAL DAS FRONTEIRAS NOS EUA

**Resumo:** INTRODUÇÃO. 2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE FRONTEIRAS E VIGILÂNCIA VIRTUAL. 3. 3. A TEORIA DA SEGURANÇA COMO QUADRO TEÓRICO. 3.1 Título da subsecção três, ponto um. 3.2. 4. OPERACIONALIZAÇÃO E METODOLOGIA 5. ANÁLISE 5.1 . A criação de uma Questão de Segurança por Nixon. 5.1.1 A criação de uma Guerra Nacional contra a Droga. 5.1.2 A virtualização da fronteira durante o mandato de Nixon. 5.2. Resultados e efeitos aplicados da securitização de Nixon. 6. CONCLUSÃO. 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

**Resumo:** Este artigo investiga a evolução da fronteira entre os EUA e o México, de uma fronteira historicamente simbólica para uma das fronteiras mais fortificadas e tecnologicamente avançadas do mundo. Nas últimas décadas, assistiu-se a uma transformação significativa das práticas de controlo fronteiriço, caracterizada pela integração de mecanismos de vigilância digital que reforçam as barreiras físicas tradicionais. Este estudo aborda este fenómeno, explorando onexo entre a Guerra contra a Droga de Nixon e a digitalização da fronteira EUA-México durante a Administração Nixon (1969-1974). Concebendo a crise da droga como uma ameaça existencial, a retórica do Presidente Nixon definiu as drogas como "inimigo número um", dando assim início à sua Guerra contra a Droga. Assim começou um processo de securitização que permitiu a afetação de recursos extraordinários para combater esta nova ameaça. Utilizando a teoria da securitização desenvolvida pela Escola de Copenhaga, é analisado o papel desempenhado por Nixon no enquadramento da ameaça à segurança, a fim de elucidar a forma como o seu discurso justificou a criação de práticas virtuais de controlo das fronteiras nos Estados Unidos. Os resultados sugerem que a securitização da crise da droga forneceu a base necessária para a adoção de tecnologias inovadoras de vigilância digital. Esta investigação contribui para o debate académico sobre a digitalização das fronteiras e fornece um quadro metodológico para estudos comparativos sobre a evolução virtual das fronteiras nacionais.

**Resumen:** Este trabajo investiga la evolución de la frontera entre Estados Unidos y México, que pasó de ser históricamente un límite simbólico para convertirse en una de las fronteras más fortificadas y tecnológicamente avanzadas del mundo. En las últimas décadas se ha observado una transformación significativa en las prácticas de control fronterizo, caracterizada por la integración de mecanismos de vigilancia digital que refuerzan las barreras físicas tradicionales. El estudio que se presenta aborda este fenómeno explorando el nexo entre la Guerra contra las Drogas de Nixon y la digitalización de la frontera entre Estados Unidos y México durante la Administración Nixon (1969–1974). Al conceptualizar la crisis de las drogas como una amenaza existencial, la retórica del presidente Nixon definió las definió como el “enemigo número uno”, iniciando así su Guerra contra las Drogas. Comenzó así un proceso de securitización que permitió asignar recursos extraordinarios para contrarrestar esta nueva amenaza percibida. Mediante el uso de la teoría de la securitización desarrollada por la Escuela de Copenhague, se analiza el papel desempeñado por Nixon al enmarcar la amenaza de seguridad, con el fin de dilucidar cómo su discurso justificó la creación de prácticas de control fronterizo virtual en Estados Unidos. Los hallazgos sugieren que la securitización de la crisis de las drogas proporcionó la base necesaria para adoptar tecnologías

innovadoras de vigilancia digital. Esta investigación contribuye al debate académico sobre la digitalización de fronteras y ofrece un marco metodológico para estudios comparativos sobre la evolución virtual de las fronteras nacionales.

**Palavras-chave:** Fronteira EUA-México, Vigilância Digital, Teoria da Securitização, Guerra contra a Droga, Administração Nixon.

**Palabras clave:** Frontera EE. UU.-México, Vigilancia Digital, Teoría de la Securitización, Guerra contra las Drogas, Administración Nixon.

## 1. INTRODUÇÃO

A fronteira que separa os Estados Unidos da América (EUA) do México é uma das mais longas do mundo. Uma série de montanhas, desertos e rios caracterizam os 3.141 quilómetros de terreno que separam os dois países. As primeiras demarcações físicas da fronteira foram introduzidas com o fim da Guerra EUA-México de 1847, que resultou no Tratado de Guadalupe (ver Trist *et al.*, 2022). As alterações políticas introduzidas por este Tratado foram transferidas para o território através de 52 montes de pedra colocados de costa a costa ao longo de toda a margem (US Customs and Border Protection, 2019). Muito mudou desde a separação simbólica que demarca a fronteira sul dos Estados Unidos (EUA). Atualmente, tornou-se uma das fronteiras mais fortificadas e tecnologicamente avançadas que existem.

O aspeto virtual desta fronteira é de particular interesse para as práticas de vigilância que os países de todo o mundo efectuam para proteger as suas fronteiras. Com efeito, o potencial dos sistemas de vigilância contemporâneos em termos de controlo das fronteiras nacionais foi objeto de numerosos estudos até há pouco tempo (ver Adams, 2001; Amoore, Marmura, & Salter, 2008; Heyman, 2008). No entanto, pouco se sabe sobre quando e porquê, em particular, os Estados Unidos decidiram entrelaçar os aspectos físicos e virtuais das suas fronteiras, a fim de melhorar o seu controlo. Trata-se de um parêntesis intrigante, especialmente tendo em conta a posição de liderança dos Estados Unidos em termos do arsenal digitalizado utilizado ao longo da fronteira EUA-México, juntamente com uma consideração bastante escassa sobre onde tudo começou.

A investigação mostra uma ligação entre a Guerra do Vietname e a implementação pelos EUA de mecanismos virtuais de aplicação da lei ao longo da fronteira entre os EUA e o México (ver Barkan, 1972; Grandin, 2019; Rosenau, 2001). No entanto, não foi dada atenção suficiente ao nexos que liga estes dois acontecimentos distintos da história americana. Para ser mais preciso, o nexos em questão é a Guerra às Drogas de Nixon. Foi ao descrever a droga como o inimigo número um dos Estados e ao declarar uma guerra total contra a droga em 1971 que o Presidente conseguiu abrir uma janela para a digitalização da fronteira sul. Ao abordar a seguinte questão de investigação, este artigo pretende preencher esta lacuna na literatura académica: de que forma a Guerra contra a Droga durante a Administração Nixon contribuiu para a transição do controlo fronteiriço físico ao longo da fronteira sul para mecanismos de aplicação virtual?

Uma ferramenta valiosa para encontrar uma resposta a esta questão é oferecida pela teoria da securitização. Esta teoria foi criada pela Escola de Copenhaga e fornece um quadro teórico que pode ser utilizado para identificar padrões no processo de securitização de uma questão que fornece recursos extraordinários de compensação. Nesta investigação, estes padrões elucidados por um dos principais componentes da Escola, Wæver (1995), são aplicados aos comentários de Nixon sobre a Guerra contra a Droga e ao subsequente investimento em activos digitais para a fronteira sul dos EUA.

Este estudo defende que o facto de Nixon ter enquadrado o discurso sobre a droga como uma ameaça nacional permitiu aos Estados Unidos avançar com a virtualização da fronteira entre os EUA e o México. O período de tempo em análise neste trabalho coincide com o mandato da Administração Nixon, ou seja, 1969-1974. Estabelecer em que momento exato e de que forma os Estados Unidos conseguiram iniciar a sua fortificação virtual da fronteira é valioso para o debate académico. Isto porque os resultados desta

investigação podem ser utilizados para comparar os desenvolvimentos tecnológicos nos estudos fronteiriços de outros países também durante as suas fases iniciais de virtualização das fronteiras.

A fim de desenvolver a investigação de forma diligente, o presente documento está dividido nas secções seguintes. A primeira secção inclui a revisão da literatura sobre as abordagens teóricas mais relevantes que foram adoptadas para realizar estudos sobre fronteiras virtuais. A segunda secção apresenta a teoria da securitização como o quadro teórico adotado por este estudo para levar a cabo a sua análise. A terceira secção resume a operacionalização e a metodologia utilizadas para formalizar esta investigação. A quarta secção consiste na análise deste estudo. Nesta secção, os princípios da teoria da securitização são aplicados a dois dos discursos emblemáticos de Nixon. As conclusões resultantes são depois discutidas com base no apoio de fontes secundárias. A última secção propõe uma conclusão que sintetiza os resultados e as considerações alcançadas ao longo deste estudo.

## **2. REVISÃO DA LITERATURA SOBRE FRONTEIRAS E VIGILÂNCIA VIRTUAL**

Existem várias teorias que são utilizadas para apreciar os vários fundamentos das fronteiras e os seus padrões de transformação. No que respeita especificamente aos processos de virtualização das fronteiras, o âmbito das teorias que se aplicam é consideravelmente mais restrito. Para identificar o que tem sido escrito sobre a relação das fronteiras e a sua digitalização de acordo com as necessidades políticas, quatro teorias principais conseguem captar a atenção. Esta secção é dedicada à discussão destas diferentes contribuições académicas. Cada uma delas traz uma visão diferente sobre o tema de investigação do estudo e pode ser utilizada para compreender a sua origem.

Michel Foucault impulsionou uma perspetiva mais filosófica nos estudos de vigilância. Ao rever a teoria do filósofo francês, Lemke (2015) afirmou que "o trabalho de Foucault sobre a governamentalidade não só oferece percepções importantes para uma análise do Estado, mas também fornece ferramentas analíticas para investigar a relação entre as tecnologias liberais e de segurança" (p. 5). Mais especificamente, a teoria da governamentalidade foucaultiana descreve como os Estados empregam o poder através de técnicas disciplinares e de vigilância, em vez da força direta (Lemke, 2015). Esta teoria analisa a dimensão extraterritorial do controlo fronteiriço gerido por agentes estatais que podem ir além da demarcação física do seu próprio país.

Esta ideia é atractiva para compreender a digitalização das fronteiras, uma vez que pode ser aplicada às práticas estatais que combatem as ameaças à segurança nacional através da reinterpretação das demarcações físicas. A ideia subjacente a esta teoria é tentar bloquear riscos específicos antes de estes chegarem à fronteira. Mais concretamente, as leis nacionais podem ser utilizadas para promover alterações governamentais que prevejam a informatização das questões de segurança que ameaçam a segurança nacional. Desta forma, os Estados podem avançar para um sistema de vigilância cada vez mais virtual, utilizado para monitorizar e eliminar os perigos antes de estes conseguirem entrar no seu território (ver Armstrong, 1992; Paden, 1984). Este conjunto de acções mostra como as fronteiras convencionais podem mudar quando as configurações virtuais são integradas nas práticas de controlo das fronteiras.

A teoria foucaultiana da governamentalidade, no entanto, fica aquém quando aplicada à investigação da securitização das fronteiras relacionadas com a droga. Embora a teoria mencione a agência tecnológica na criação de fronteiras, está principalmente orientada para um estudo da vigilância e do controlo, em vez de se centrar na securitização das fronteiras *em si*. Esta teoria não é capaz de explicar por que razão os decisores políticos actuam quando confrontados com acontecimentos imprevistos, como foi o caso da crise da droga dos anos 60 nos Estados Unidos. Neste sentido, Kerr (1999) concluiu que a teoria não consegue "explicar os limites mutáveis do governo, para além de apontar para o simples facto de o governo falhar frequentemente devido a resultados não planeados" (p. 196). Assim, embora esta governamentalidade foucaultiana se tenha revelado pioneira na virtualização das fronteiras, não permite responder de forma exhaustiva à questão de investigação que orienta o presente estudo.

Outra teoria relevante utilizada para analisar as fronteiras inteligentes é o determinismo tecnológico. Esta teoria baseia-se na identificação dos desenvolvimentos tecnológicos como factores sociais e políticos. Em particular, salienta a importância da tecnologia na modelação da mudança política. Nas palavras de Smith (1994), "o poder da tecnologia [é] um agente crucial de mudança [que] ocupa um lugar de destaque na cultura da modernidade" (p. ix). De acordo com esta teoria, o impulso que faz com que as novidades aconteçam não é impulsionado pelas pessoas, mas pela própria tecnologia. Esta, por sua vez, provoca mudanças que são primeiro colocadas na agenda política e depois implementadas pelos decisores políticos.

Deste modo, as transformações das fronteiras são entendidas como o resultado de avanços tecnológicos e não de impulsos sociopolíticos. Neste sentido, o surgimento da vigilância eletrónica, juntamente com o rastreio biométrico e a deteção remota, tornou a aplicação da lei virtual viável em primeiro lugar. Assim, ligando esta perspectiva à questão de investigação deste artigo, as estratégias de aplicação da lei em matéria de droga evoluíram em resultado de possibilidades tecnológicas e não de decisões políticas. Consequentemente, os decisores políticos dos EUA foram pressionados, em vez de impulsionarem a mudança tecnológica, a implementar a aplicação da lei nas fronteiras virtuais para combater a entrada de droga no país.

Embora o determinismo tecnológico consiga fornecer informações relevantes sobre a mudança dos regimes fronteiriços, tem sido criticado por simplificar demasiado este processo. É amplamente argumentado que os membros sociais e políticos também são capazes de influenciar a tecnologia em vez de estarem à sua mercê. Ou seja, uma compreensão mais profunda da tecnologia tornou possível o seu controlo (Dafoe, 2015, p. 1049; Lynch, 2008). Consequentemente, o aspeto digital das fronteiras não é o resultado do impulso tecnológico, mas é controlado pelos políticos. Assim, a adaptação da fronteira sul dos EUA durante o mandato de Nixon pode ser vista como uma viragem tecnológica clara. No entanto, esta viragem foi controlada por acções masculinas, o que torna difícil confiar no determinismo tecnológico para a investigação proposta neste documento.

A composição digital das fronteiras também pode ser compreendida através da teoria das fronteiras de Nail. Esta teoria oferece uma visão da fronteira que vê uma qualidade cada vez mais móvel e dispersa nas fronteiras físicas convencionais. Na opinião de Nail (2016), "a fronteira não é redutível à definição clássica dos limites de um Estado soberano" (p. 2). As fronteiras, observou o autor, estão inevitavelmente a evoluir para

uma identidade informacional ou digital que afecta a compreensão social de um país. Isto significa que as fronteiras assumiram uma forma virtual, uma vez que os problemas modernos afectam a circulação transfronteiriça de pessoas e bens, para os quais são necessárias respostas actualizadas. No caso do tráfico de droga nos Estados Unidos, por exemplo, os novos métodos adoptados pelos cartéis exigiram acções inovadoras do controlo das fronteiras americanas para contrariar esta tendência. Nos anos 60 e 70, estas acções reduziram-se à transformação das fronteiras em espaços de controlo em rede.

A teoria das fronteiras contorna, portanto, a conceção convencional das fronteiras enquanto tais. Em vez de se concentrar exclusivamente no seu aspeto territorial e físico, como elucidado por Sharma (2023, pp. 163-164), é necessário alargar esta conceção aos activos intangíveis que constituem as fronteiras dos Estados. As implicações desta teoria acrescentam uma nova dimensão ao poder dos governos. Ou seja, as fronteiras não devem ser vistas como uma simples linha, mas como uma ampla área que circunda a demarcação física (Nails, 2016). De facto, os Estados podem ir muito além das suas fronteiras físicas através de mecanismos de aplicação virtual com o objetivo de securitizar as suas fronteiras. Os modelos práticos são as bases de dados da Patrulha de Fronteiras dos EUA e as redes de partilha de informações que têm sido amplamente utilizadas para proteger a sua fronteira sul. Na década de 1970, estes sistemas de patrulha fronteiriça conduziram a expansões que abriram caminho às actuais estruturas digitais de aplicação das fronteiras.

A teoria das fronteiras defende a ideia de que os Estados podem monitorizar os movimentos para além das suas próprias fronteiras. As delimitações territoriais, de acordo com esta conceção, tornam-se menos relevantes para que os governos tomem medidas relacionadas com a vigilância das fronteiras (Sharma, 2023. P. 164). Embora continuem a representar um aspeto importante da política de fronteiras, os governos tendem a agir para além da delimitação territorial, a fim de interceptar potenciais ameaças. Por outras palavras, a prevenção torna-se tão importante como a dissuasão física. As armadilhas desta mentalidade são as intervenções políticas extraterritoriais susceptíveis de prejudicar as relações internacionais. Esta teoria é útil para compreender a mudança geral na concetualização da fronteira sul dos EUA. No entanto, pode ser utilizada para estudar a separação social, embora não tenha uma ligação clara com as questões de segurança das fronteiras.

Para compreender as fronteiras de um ponto de vista relacionado com a segurança, a teoria da securitização da escola de Copenhaga deve ser tida em conta. Otukoya (2024, p. 1750) observou que a criação de um problema de segurança pode ser a chave para a criação de recursos extraordinários utilizados para proteger uma nação de um perigo imaginado. Esta teoria é útil para compreender como os recursos digitais são utilizados para reforçar o aspeto físico da fronteira. Neste caso, a atenção centra-se, entre outras coisas, nos sensores de movimento, na videovigilância e em quaisquer outras características tecnológicas que são utilizadas para policiar a fronteira territorial com maior eficácia. Por conseguinte, é apresentado como o quadro teórico adequado necessário para identificar esses padrões ao longo da fronteira sul dos Estados Unidos.

Olhando para os primórdios da Guerra contra a Droga, manobras como a Operação Intercetar, lançada em 1969, foram justificadas como uma acção necessária para combater o inimigo público número um da América na altura. Nesta operação, novas formas de vigilância eletrónica das fronteiras tornaram-se necessárias pela primeira vez na história do regime fronteiriço dos Estados Unidos. Estas necessidades constituem os pilares

fundamentais da complexa dimensão tecnológica que caracteriza a fronteira americana contemporânea. Dada a estreita relação entre esta teoria da securitização e os objectivos da presente investigação, é necessário desenvolver a sua composição. Na secção seguinte, a teoria da securitização é resumida. Esta fornece indicadores-chave para compreender como a securitização da fronteira dos EUA mudou durante a administração Nixon, adoptando um aspeto virtual.

### **3. A TEORIA DA TITULARIZAÇÃO COMO QUADRO TEÓRICO**

A teoria da securitização é um quadro útil que pode ser utilizado para compreender a segurança das fronteiras nos Estados Unidos durante a presidência de Nixon. A função geral desta teoria é explicar a forma como as questões passam a orientar o processo de tomada de decisões de um país em matérias como o controlo das fronteiras. Aplicada ao estudo em questão, esta teoria parece ser de grande ajuda para compreender os mecanismos de controlo virtual que os Estados Unidos acrescentaram à sua fronteira física meridional. Aplicando a teoria da securitização a este tópico, este estudo procura elucidar o papel que o Presidente Nixon desempenhou na contribuição para a implementação de uma fronteira virtual. Esta secção é dedicada a delinear os principais princípios da teoria da securitização, a fim de os aplicar formalmente à análise do documento.

A escola de Copenhaga baseou a sua teoria em cinco pilares principais. Os pilares em questão são (1) a securitização como ato de fala, (2) o enquadramento elitista das ameaças, (3) a exigência de aceitação por parte da audiência, (4) a identificação do objeto referente e (5) a reversibilidade e a dessecuritização. Todos estes factores combinados podem ser utilizados na análise do presente documento para descobrir como a Guerra contra a Droga dos EUA contribuiu para a transição do controlo físico das fronteiras para mecanismos virtuais de aplicação da lei. No entanto, antes de passar à análise, cada indicador é resumido e contextualizado para clarificar a sua utilização no estudo de caso da revisão.

Declarar um problema como uma ameaça à segurança é um ato performativo realizado por um governo. Com esta conceção de segurança, Ole Wæver - o mentor da teoria da securitização - descobre um ato performativo que os governos realizam quando assinalam ao público a presença de um problema relacionado com a segurança (Wæver, 1995, p. 52). Ao chamar a atenção para um problema, uma elite pode realizar um ato que abre uma janela para medidas políticas excepcionais destinadas a impedir um determinado revés. É irrelevante se esta questão representa um problema comum ou uma ameaça real à segurança nacional. O que importa é que o público conceda aos representantes do Estado uma liberdade de ação considerável que legitime as suas acções. É a isto que se chama um ato de fala.

Os actos de fala baseiam-se na criação vertical de confiança entre os funcionários do Estado e os cidadãos. O sucesso de um ato de fala depende da medida em que uma promessa ou declaração é aceite pelo público. Os representantes do Estado aproveitam o sentimento de confiança que os cidadãos lhes transmitem para criar uma nova realidade política cuja existência depende da questão da segurança concebida. É através da utilização de actos de fala que se revela a legitimação para tomar medidas para enfrentar as ameaças à segurança. Esta legitimação, por sua vez, permite mobilizar o desbloqueamento dos recursos do Estado através da criação de acções que ultrapassam os

procedimentos normais e permitem a formação de medidas extraordinárias (Wæver, 1995, p. 53).

No entanto, esta prática não é isenta de riscos. Wæver (1995) sublinha que isto acontece porque torna difícil distinguir entre o ato e o grau real de ameaça que um país enfrenta (p. 6). Por outras palavras, o Estado pode tornar-se vítima da sua própria narrativa ao atribuir demasiada importância a uma questão que, na realidade, não representa um perigo real para a segurança da nação. Ao fazê-lo, pode ter o efeito oposto de comprometer a segurança do país, concentrando-se demasiado num problema inexistente e negligenciando as suas verdadeiras prioridades.

O segundo indicador recuperado na teoria da securitização é a prática das elites de enquadrar as ameaças. A teoria da securitização sublinha a influência que os principais actores têm na definição das acções políticas. Este processo é iniciado por aqueles poucos escolhidos que têm uma influência significativa nas altas esferas políticas. Quando estes indivíduos conseguem criar uma narrativa de ameaça, assumem o poder de definir o que pode ser definido como perigos existenciais para a segurança do país. O resultado é uma acção estatal coesa destinada a resolver o problema resultante da criação dessa mesma narrativa.

No entanto, a autoridade exercida pela elite é uma faca de dois gumes. Por um lado, permite uma reacção rápida do Estado (Wæver, 1995, p. 54). Este facto é particularmente positivo, uma vez que os Estados são frequentemente limitados por uma burocracia complexa que prolonga consideravelmente o tempo de implementação das medidas oficiais. Por outro lado, este domínio permite que as elites contornem os processos democráticos convencionais (Wæver, 1995, p. 54). Isto significa que, ao acelerar o processo normalmente lento de elaboração de políticas, apenas um grupo restrito de pessoas concentra nas suas mãos o poder de decisão. A implicação desta concentração de poder permite à elite não só decidir como lidar com as ameaças à segurança, mas também decidir o que deve ser considerado uma ameaça e o que não deve. Assim, o enquadramento das questões de segurança pode ser facilmente associado aos interesses estratégicos das elites (Wæver, 1995, p. 54). Por outras palavras, as elites podem decidir se agem para garantir a segurança pública ou os seus interesses pessoais.

Isto leva-nos ao terceiro indicador: a exigência de aceitação pública. Os movimentos de securitização, segundo a escola de Copenhaga, dependem da aceitação por parte das audiências relevantes. Os principais públicos de interesse para a elite são a opinião pública, os órgãos legislativos ou os parceiros internacionais. Todos eles - independentemente ou não - devem confiar na veracidade da narrativa da ameaça construída para criar o *impulso* necessário para a acção prática. Estas, por sua vez, segundo Wæver (1995, p. 53), permitem encontrar uma solução para a ameaça proposta. Sem a aceitação do público, mesmo as reivindicações de segurança mais convincentes podem falhar. Assim, a não aceitação de uma questão de segurança é contraproducente e gera um processo de dessacralização. O esforço da elite desapareceria assim à custa dos seus interesses estratégicos (Wæver, 1995, pp. 53-54). É por isso que o indicador da procura de aceitação por parte do público é proposto como um fator essencial. É necessário analisar em que medida a aprovação ou a contestação do público em relação a procedimentos invulgares pode autorizar ou impedir o afastamento das práticas democráticas tradicionais.

O quarto indicador que compõe a teoria da securitização pode ser identificado com a identificação do objeto de referência. O processo de securitização necessita de uma especificação clara do que está em causa. Neste caso, o que está em jogo é designado por objeto de referência. De acordo com Wæver (1995, p. 52), o objeto de referência é normalmente identificado com a integridade do Estado, a soberania ou a segurança dos seus cidadãos. O processo de definição do objeto de referência é crucial para a mobilização de recursos. De facto, uma delimitação clara do objeto traçado pelos actores securitários desbloqueia os meios materiais necessários para defender essa entidade particular contra uma alegada coerção existencial (Wæver, 1995, pp. 52-53). Esta delimitação clara é fundamental para que se possa recorrer a acções de exceção, pois determina o que deve ser defendido por todos os meios.

A reversibilidade e a dessecuritização constituem o último indicador da teoria da titularização. De acordo com a escola de Copenhaga, a securitização está sujeita a uma mudança constante. Quando o público se apercebe de que uma ameaça à segurança já não é existencial, pode reverter as medidas de securitização tomadas até então e transformar a questão de novo num debate político normal (Wæver, 1995, p. 55). Esta retração permite que a elite que enquadrou a questão seja posta em cheque. Esta reversibilidade mostra como as respostas de emergência temporárias podem ser desmanteladas depois de terem passado por uma acumulação momentânea. Por isso, Wæver (1995, pp. 54-55) sugeriu que o ato de securitização comporta riscos intrínsecos que são inerentes ao processo de securitização. Por outras palavras, as acções de titularização podem facilmente ir e vir, tornando difícil prever quais as futuras acções de segurança que um governo poderá tomar.

Em geral, os princípios que constituem a teoria da titularização proposta pela escola de Copenhaga são instrumentos de análise valiosos. É o caso, nomeadamente, do tema de investigação deste trabalho. A aplicação das ferramentas analíticas disponibilizadas por esta teoria pode facilitar a compreensão de como a Guerra contra a Droga pode ter sido transformada numa questão de segurança utilizada para criar espaço para medidas excepcionais. Com efeito, os princípios enumerados nesta secção ajudam a avaliar a transformação de práticas criminosas convencionais - como o contrabando e o consumo de droga - e de problemas de saúde em medidas excepcionais adoptadas pelos Estados para resolver estas questões. Os discursos das elites provocaram mudanças políticas significativas que resultaram em políticas sem precedentes que levaram à adoção de mecanismos virtuais de aplicação da lei para combater o tráfico de droga ao longo da fronteira sul dos Estados Unidos. A secção seguinte apresenta a operacionalização e a metodologia que este documento adopta para levar a cabo a sua análise.

#### 4. OPERACIONALIZAÇÃO E METODOLOGIA

Toshkov (2016, p. 100) descreveu a operacionalização como a tradução de conceitos abstractos em noções concretas que podem ser observadas, classificadas e medidas empiricamente. Os princípios que compõem a teoria da securitização podem ser utilizados com o mesmo objetivo. Este documento operacionalizou quatro dos cinco conceitos-chave para compreender o papel da Guerra contra a Droga na contribuição para a transição dos EUA para as fronteiras virtuais. Os quatro indicadores que compõem a teoria e que são utilizados neste documento para analisar o estudo de caso são: (1) a securitização como ato de fala, (2) o enquadramento elitista das ameaças, (3) o requisito de aceitação da audiência e (4) a identificação do objeto de referência. O último princípio delineado na teoria da securitização - reversibilidade e dessecuritização - não é útil para esta investigação. Ou seja, este último princípio é útil para estudar a desconstrução de uma medida de segurança, uma parte que este estudo não pretende cobrir. No entanto, este facto não compromete a robustez deste trabalho, uma vez que os padrões que conduzem à securitização se mantêm inalterados.

Os quatro indicadores permitem-nos aprofundar a dimensão virtual que a fronteira sul dos EUA adquiriu durante o mandato de Nixon. Consequentemente, é encorajada uma reflexão qualitativa crítica sobre o tema da investigação, a fim de compreender a importância atual para os EUA de reforçar a digitalização ao longo da sua fronteira territorial com o México. Os cinco indicadores são, por conseguinte, de importância fundamental para identificar a razão pela qual a crise da droga conseguiu ser um fator-chave nos mecanismos de aplicação da fronteira virtual.

A metodologia deste trabalho também precisa de ser clarificada. Esta investigação consiste num estudo de caso único. Mais especificamente, analisa a fronteira sul dos Estados Unidos durante a presidência de Nixon. Os estudos de caso único permitem fornecer informações precisas sobre um caso específico, a fim de criar conhecimentos que podem depois ser aplicados a casos semelhantes. Por outras palavras, com esta investigação, o modelo de investigação pode depois ser utilizado em casos semelhantes para identificar padrões análogos de evolução no controlo virtual das fronteiras. A decisão de optar por este estudo de caso baseia-se no facto de os EUA se encontrarem entre os primeiros países que decidiram optar pela digitalização parcial das suas fronteiras. Por conseguinte, a justificação para a seleção do estudo de caso reside no interesse de acrescentar novas informações à lacuna de investigação académica existente sobre este tema.

Ao longo da análise do tema, é utilizada uma variedade de fontes primárias e secundárias. O objetivo de dispor de um vasto leque de informações provenientes de várias fontes ajuda a consolidar e a garantir a qualidade das conclusões desta investigação. Tal como acontece com as fontes primárias, são tidas em conta declarações políticas, artigos de jornais e discursos públicos. Nestas fontes podem ser reconhecidas características importantes da teoria da titularização. Já as fontes secundárias utilizadas neste estudo provêm de estudos académicos realizados sobre o tema da segurança das fronteiras, da segurança virtual e da guerra contra a droga. Trata-se de uma prática útil que permite situar as conclusões do estudo num debate académico mais vasto.

A análise do discurso constitui a espinha dorsal deste estudo. Examina informações extraídas de dois discursos proferidos por Nixon em relação à guerra contra as drogas.

Baseada num método qualitativo, a interpretação das fontes fornecidas ajuda a identificar os indicadores apresentados no quadro teórico. Os discursos políticos proferidos pelo Presidente dos Estados Unidos são, pois, fundamentais para a realização deste estudo. Além disso, a aplicação deste método de investigação permite testar a teoria utilizada neste estudo. Com efeito, ao aplicar os indicadores propostos pela teoria da titularização aos discursos, é possível compreender se existem, de facto, padrões nos discursos políticos que possam conduzir à titularização dos riscos construídos.

O horizonte temporal desta investigação baseia-se no mandato da Administração Nixon. Mais especificamente, o período considerado vai de 1969 a 1974. Este período de tempo restrito ajuda a dar espaço a uma série de acções-chave tomadas pelo Presidente dos EUA da época em relação aos mecanismos de controlo virtual ao longo da fronteira EUA-México.

## 5. ANÁLISE

### 5.1. A CRIAÇÃO DE UM PROBLEMA DE SEGURANÇA POR NIXON

A vigilância da fronteira entre os EUA e o México entre 1969 e 1974 centrou-se predominantemente no comércio ilegal de droga. A região de Sinaloa, no noroeste do México, começou a cultivar ópio a partir de imigrantes chineses na década de 1910. Desde então, o cartel de Sinaloa enriqueceu exportando a substância principalmente para os Estados Unidos. No entanto, com a geração hippie e o tráfico de marijuana, a importação ilegal de substâncias para os EUA tornou-se um problema para a sociedade (Grillo, 2013, p. 255). O problema da droga tornou-se a questão central em torno da qual o Presidente Nixon baseou a maior parte da sua atividade política. Para além disso, Timmons (2017, p. 15) chamou a atenção para o facto de Richard Nixon se ter tornado o primeiro presidente a prometer fechar a fronteira EUA-México às drogas ilegais. De facto, à medida que a guerra no Vietname prosseguia, "a Administração Nixon está silenciosamente a americanizar a tecnologia da guerra, e a guerra na frente interna intensifica-se" (Barkan 1972, p. 1).

A fim de aprofundar o papel de Nixon no início desta tendência, a primeira parte da análise é dedicada a uma análise do discurso de dois dos discursos do Presidente em questão. As comunicações em questão são *Remarks About an Intensified Program for Drug Abuse Prevention and Control* e *Special Message to the Congress on Drug Abuse Prevention and Control*. Ambos os discursos tiveram lugar em 17 de junho de 1971. Ambos os discursos tiveram lugar no mesmo dia e seguiram-se um ao outro. De facto, o primeiro resume a conferência de imprensa realizada para explicar o que mencionou durante o seu discurso ao Congresso.

Ambos os discursos são fundamentais para compreender como o enquadramento elitista de uma ameaça foi proposto a audiências políticas e públicas. Analisando-os de perto, é possível compreender como Nixon conseguiu desbloquear recursos extraordinários para combater a nova e construída ameaça existencial das drogas nos EUA. Ambos os discursos são apresentados em conjunto num documento fornecido pelo Departamento de Defesa dos EUA (2017). Após identificarmos os pontos mais relevantes de ambos, passamos a esclarecer a relevância que essas medidas singulares tiveram no processo de virtualização da fronteira sul dos EUA entre 1969 e 1974.

### 5.1.1 Criar uma guerra nacional contra a droga

Ao considerar os discursos de Nixon do ponto de vista da teoria da securitização, é necessário procurar um ato performativo. Este ato deve chamar a atenção do público para a existência de um problema relacionado com a segurança que põe em perigo o seu bem-estar. O Presidente Nixon fê-lo ao declarar corajosamente uma guerra total contra a droga. Na sua conferência de imprensa, depois de se dirigir ao Congresso com uma mensagem especial, abriu a sua comunicação afirmando que "o inimigo público número um dos Estados Unidos é o abuso de drogas" (Departamento de Defesa dos EUA, 2017, p. 1). Uma abertura tão bombástica foi cativante para o público. Ajudou a criar um sentimento de medo entre a população dos EUA, 15 anos após a catastrófica Guerra do Vietname. Não é de surpreender que, naqueles anos, qualquer referência a ameaças à segurança nacional, guerras e inimigos suscitasse facilmente sentimentos de paranoia e o desejo de agir.

Para propor a nova ameaça, Nixon teve de indicar em que é que ela consistia efetivamente. Fê-lo afirmando que:

Existem várias grandes categorias de drogas: as da família da canábis, como a marijuana e o haxixe; as utilizadas como sedativos, como os barbitúricos e certos tranquilizantes; as que elevam o humor e suprimem o apetite, como as anfetaminas; e as drogas como o LSD e a mescalina, frequentemente designadas por alucinogénios. Por último, existem os analgésicos narcóticos, como o ópio e os seus derivados, a morfina e a codeína. A heroína é fabricada a partir da morfina". (Departamento de Defesa dos EUA, 2017, p. 10).

É isto que a teoria da securitização identifica com a identificação do objeto de referência. Ao apontar e insistir em quem ou o que representa uma ameaça, o público pode identificar o problema e pressionar para que sejam tomadas medidas contra ele.

Além disso, o facto de se apresentar como um Presidente prudente ajudou a tornar o ato performativo mais convincente. Assim, declarou que "hesito sempre em trazer qualquer nova responsabilidade para a Casa Branca, [...] mas penso que este é um problema tão urgente [...] que tinha de ser trazido" (US Department of Defense, 2017, p. 2). Ao fazê-lo, Nixon procurou apresentar-se como o protetor e garante dos EUA, cujas acções eram guiadas pelas necessidades dos cidadãos norte-americanos e não por interesses pessoais.

Foi criada uma série de medidas de exceção para fazer face a esta ameaça à segurança nacional. Nixon afirmou que "uma nova ofensiva total deve ser empreendida" (Departamento de Defesa dos EUA, 2017, p. 1), evocando a necessidade de um esforço comum para deter um perigo que tinha conseguido penetrar em solo americano. Estas palavras clarificaram a medida em que os EUA estavam empenhados em combater ativamente as ameaças à segurança relacionadas com a droga. A implementação de medidas bélicas, como o destacamento e a criação de departamentos militares e federais para controlar e combater as rotas de entrada de droga nos Estados Unidos, constituiu a base deste novo plano de ação.

Neste ponto, é necessário sublinhar a aceitação pelo público do ato de fala de Nixon. De facto, pode dizer-se que o público aceitou o discurso adotado de War on Drugs. Sinais

dessa aceitação são uma série de acções propostas pela Administração e depois implementadas com o apoio geral da maioria do país. A operação mais emblemática que deu início à Guerra contra a Droga foi a Operação Interdição, lançada ao longo de setembro e outubro de 1969. Esta operação resultou no encerramento quase total da fronteira entre os Estados Unidos e o México.

A Operação Interdição foi um fracasso devido à impossibilidade de controlar toda a fronteira através da disposição física. Apesar de terem sido destacados dois mil agentes aduaneiros, não foram alcançados resultados efectivos (ver Reid, 2022). No entanto, o apoio público e político deu lugar a novas acções que abriram a porta a novos tipos de procedimentos. Foi o caso do Comprehensive Drug Abuse Prevention and Control Act (CDAPC Act) de 1970, adotado para reforçar o controlo dos Estados Unidos, entre outras coisas, ao longo da fronteira sul.

A Operação Interdição e a Lei CDAPC representam os marcos em que se basearam os seus discursos de 1971. De facto, estas acções desencadearam uma série de procedimentos governamentais adicionais para intensificar a guerra contra a droga. Uma indicação da forma como o Presidente Nixon pretendia aumentar estes procedimentos destinados a travar esta ameaça à segurança é visível na seguinte passagem: "Temos agora de reconhecer francamente que os procedimentos deliberados incorporados nos actuais esforços para controlar o abuso de drogas não são suficientes em si mesmos. O problema assumiu as dimensões de uma emergência nacional" (Departamento de Defesa dos EUA, 2017, p. 3). Foi assim que conseguiu obter apoio bipartidário para enfrentar esta nova e aparentemente devastadora ameaça à segurança.

Para ser mais preciso, as medidas legislativas mais importantes adoptadas desde os dois discursos analisados nesta secção foram a fundação, por Ordem Executiva, do Gabinete de Acção Especial para a Prevenção do Abuso de Drogas em 1971, a extensão da Lei de Reabilitação de Toxicodependentes de 1966 em 1971, a organização da Lei de Assistência à Segurança Internacional de 1971 juntamente com a Lei de Desenvolvimento Internacional e Assistência Humanitária de 1971, a criação do Gabinete de Aplicação da Lei sobre o Abuso de Drogas em 1972 e a criação da Administração de Combate à Droga (DEA) em 1973.

É importante sublinhar que tais acções só foram possíveis com um amplo apoio político. O Presidente estava ciente desta característica, uma vez que, ao longo da sua conferência de imprensa, se referiu repetidamente ao apoio bipartidário às suas acções. Este é um aspeto importante quando se analisa a teoria da securitização, pois realça o poder que a aceitação geral confere à elite que enquadra a ameaça à segurança. Este poder permite à elite tomar medidas extraordinárias num curto espaço de tempo, algo que entra em conflito com os longos procedimentos burocráticos que são ultrapassados em tais situações.

Para além do apoio político, Nixon conseguiu fazer com que a sociedade aceitasse a ameaça que conseguiu enquadrar. Fê-lo sublinhando como todos os membros da sociedade americana eram afectados pela ameaça da droga. Ao afirmar que "em 1960, houve menos de 200 mortes por narcóticos na cidade de Nova Iorque. Em 1970, o número tinha aumentado para mais de 1 000" (Departamento de Defesa dos EUA, 2017, p. 2), Nixon conseguiu estabelecer uma relação vertical entre o autor do ato de fala e o seu público. O argumento apresentado pelo Presidente dos EUA é que a população média dos

EUA estava a cair nas drogas. Trata-se de um argumento convincente com o qual as pessoas se podiam identificar, uma vez que estava a acontecer perto delas. O esforço para convencer o seu público exemplifica outro aspeto fundamental mencionado na teoria da securitização. Ou seja, revela a forma como os membros da elite tentam criar uma questão e obter reconhecimento entre um público alargado.

Uma situação semelhante é descrita no mesmo discurso em que Nixon tentou apelar a uma resposta comunitária, explorando os sentimentos individuais. A frase em questão é: "Para derrotar este inimigo, que está a causar tanta preocupação, e com razão, a tantas famílias americanas, será fornecido dinheiro" (Departamento de Defesa dos EUA, 2017, p. 1). O que o presidente dos EUA procurou fazer aqui foi garantir o favor final do seu público. É através de declarações como esta que a legitimação é alcançada e deve, portanto, ser vista como uma parte inerente do processo de enquadramento da ameaça na securitização.

O processo de legitimação era necessário para tomar medidas nas fronteiras dos EUA e para além delas. Como afirmou: "Nenhum ataque sério ao nosso problema interno de drogas pode ignorar as implicações internacionais de tal esforço, nem o esforço interno pode ser bem-sucedido sem atacar o problema num plano internacional" e, em seguida, "estou a iniciar uma escalada global dos nossos programas existentes de controlo do tráfico de estupefacientes" (Departamento de Defesa dos EUA, 2017, p. 11). Estas acções visavam principalmente os traficantes de droga em solo americano. Nas palavras do presidente: "acabar com o tráfico de droga, atingindo os produtores de droga ilegal [...] e o tráfico dessas drogas através das nossas fronteiras" (p. 4). Por outras palavras, Nixon enquadrou os traficantes de droga estrangeiros como uma ameaça, alargando o âmbito de quem era a causa principal que produzia a ameaça que punha em perigo a segurança dos EUA. Estas eram questões-chave que iriam doravante moldar as relações externas do país, especialmente com os estados abaixo da sua fronteira sul.

Os discursos utilizados para esta análise do discurso foram úteis para identificar os padrões propostos pela teoria da securitização. Ao dirigir-se ao Congresso e ao público americano em discursos subsequentes, o Presidente Nixon conseguiu revigorar a transformação do problema da droga numa questão de segurança persistente. Desta forma, os marcadores da teoria da securitização ajudaram a traçar a evolução de um problema criminal e de saúde pública relativamente convencional para um problema que exigia mudanças políticas substanciais. A fim de desenvolver o processo de securitização empreendido pelos EUA para introduzir mecanismos virtuais de aplicação da lei na sua fronteira territorial sul entre 1969 e 1974, a secção seguinte examina uma série de fontes secundárias que foram escritas sobre este tópico.

### **5.1.2 A virtualização da fronteira durante a administração Nixon**

A primeira medida concreta para combater o contrabando de droga do México para os EUA foi tomada pelo Presidente Richard Nixon em 1969 com a Operação Intercetar. De acordo com Grillo (2013), esta operação consistia em revistar "todos os veículos ou peões que atravessassem a fronteira sul, enquanto os militares instalavam unidades móveis de radar entre postos" (p. 256). Este plano acabou por ser um fiasco, pois rapidamente se tornou claro que um controlo exaustivo no terreno era utópico. O pessoal no terreno, por si só, não era capaz de selar toda a fronteira com o México. Como observou Ghaffaray (2019), a fronteira que separa os Estados Unidos do México era demasiado larga e a sua

orografia demasiado injustificada para ser vedada na sua totalidade. Por esta razão, a Operação Intercetar, que custou 30 milhões de dólares, durou apenas 17 dias.

No entanto, Mendoza (2023) observou que Nixon decidiu fortificar a fronteira com uma vedação virtual, e não física, a fim de obter melhores resultados na redução dos fluxos de droga. Ou seja, notando que fechar fisicamente a fronteira por si só era quixotesco, Nixon investiu na estrutura de controlo fronteiriço existente para melhorar tecnologicamente a securitização da fronteira. Além disso, Koslowski (2019) explicou que, nessa altura, o governo dos EUA instalou sensores de movimento, infravermelhos, sísmicos e magnéticos capazes de detetar tanto o movimento como o calor a uma distância de 50 a 250 pés. A justificação utilizada por Nixon para legitimar o investimento em mecanismos digitais foi a proteção da fronteira comum com o México: a guerra contra a droga.

A necessidade de Nixon coincidia com os interesses das empresas militares americanas de alta tecnologia. O fim iminente da guerra do Vietname obrigou estas empresas a diversificarem-se e a começarem a investir em sistemas de apoio às forças armadas americanas. Para o fazer, tiveram de convencer o governo dos EUA a continuar a investir em diferentes tipos de despesas militares, ou seja, uma defesa a ser conduzida a nível interno e não apenas a nível internacional. Assim, a partir do final dos anos 60, várias empresas de investigação e desenvolvimento contratadas pelos EUA para apoiar a intervenção militar no Vietname conseguiram assinar contratos federais.

A Sylvania Electronics, por exemplo, foi bem sucedida. Mais concretamente, vendeu os seus sensores terrestres de deteção remota de movimentos no solo ao governo americano em 1970. Este foi um evento pioneiro, pois simbolizou a primeira aplicação de tecnologias virtuais utilizadas para monitorizar a fronteira sul dos Estados Unidos. Grandin (2019) especificou que estes sensores foram industrializados no âmbito do plano do Secretário da Defesa Robert McNamara para construir uma vedação virtual e física que separasse o Vietname do Norte do Vietname do Sul e foram utilizados para detetar movimentos de tropas e camiões ao longo do trilho de Ho Chi Minh. A principal função destes sensores era detetar a atividade sísmica causada por pessoas ou camiões que passavam perto dos sensores e moviam o solo (Rosenau, 2001, pp. 11-12). Esta tecnologia era também útil para detetar movimentos através e nas proximidades da fronteira dos EUA, razão pela qual foi implementada durante o mandato de Nixon.

Outro elemento tecnológico utilizado pela primeira vez durante a Guerra do Vietname e mais tarde na fronteira entre os EUA e o México foram os drones. Estes drones, de acordo com Novak (2015), eram conhecidos como RPVs (Remotely Piloted Vehicles) - enquanto atualmente são conhecidos como Unmanned Aerial Vehicles (UAVs) - e eram utilizados para analisar a área a partir de cima. Descrevendo a fronteira mexicana de 1972, Novak explicou que:

Os drones *QU-22b* da Força Aérea dos EUA e os drones drone - que eram excedentários no Vietname graças à introdução de drones mais sofisticados - foram devolvidos aos Estados Unidos, onde [voaram] sobre a fronteira para monitorizar sensores e transmitir dados para pontos de controlo centrais (Novak, 2015).

Com o advento dos drones, foi criado um centro de vigilância para receber as informações recolhidas pelos UAVs. Barkan (1972, p. 1) racionalizou que esses UAVs

sobrevoavam trechos remotos da fronteira para retransmitir sinais de centenas de sensores terrestres que eram então enviados para o chamado Centro de Vigilância de Infiltração, onde enormes computadores diagnosticavam os dados.

## **5.2 Resultados e efeitos aplicados da titularização da Nixon**

A Guerra do Vietname representa um marco para a securitização virtual da fronteira entre os Estados Unidos e o México durante a presidência de Nixon. De facto, houve uma clara mudança na aplicação de tecnologias de guerra às fronteiras internas dos Estados Unidos, resultando numa virtualização da fronteira. Estes desenvolvimentos foram úteis à administração Nixon para alimentar o desejo de travar a guerra contra a droga. Consequentemente, esta foi acompanhada por um empenho político crescente em selar a fronteira ( ), um termo normalmente utilizado em missões militares, mas pela primeira vez relacionado com a fronteira dos EUA na altura (Lee, 2005), uma vez que um dos principais objectivos era impedir a entrada de traficantes de droga na fronteira sul dos Estados Unidos.

Embora os sistemas de vigilância introduzidos pela Administração Nixon nem sempre tenham funcionado - como Barkan (1972, p. 2) salientou implacavelmente, "são incapazes de distinguir o amigo do inimigo" - foram inegavelmente um passo importante no controlo das fronteiras dos EUA. Esta inovação provou ser uma pedra angular para quase todos os presidentes subsequentes no que diz respeito à gestão da fronteira sul dos EUA. O facto de uma nova tendência tão importante se basear num ato performativo, tal como descrito pela teoria da securitização, explica a importância da criação de ameaças à segurança na percepção do público para a promoção de medidas de segurança.

Tal como tinha sido debatido décadas após a Guerra contra a Droga, não existia, de facto, uma ameaça de droga, ou pelo menos não na medida em que o Presidente Nixon começou por referir. John Ehrlichman, então Assistente do Presidente para os Assuntos Internos de Nixon, admitiu que a Administração estava a mentir sobre a ameaça da droga para permitir movimentos políticos e militares (ver López, 2016). Em todo o caso, existia um verdadeiro problema de droga entre os militares norte-americanos no estrangeiro e longe do solo dos EUA (ver Vulliamy, 2011).

A adoção de uma abordagem baseada na segurança da fronteira entre os Estados Unidos e o México, iniciada por Nixon, tem consequências conexas. É necessário considerar a literatura sobre o uso de alegorias como um meio de polarização. Estas, de facto, elucidam a relação entre a securitização, os actos de fala e a criação de lutas sociais no âmbito do processo mais amplo de justificação da vigilância das fronteiras e dos poderes de emergência. É o caso de Kruglanski (2007), que se centrou na ideia de metáforas para ilustrar como a linguagem é capaz de enquadrar as ameaças, determinando o processo de resposta política. O discurso do "inimigo número um" de Nixon coincide com a metáfora de guerra de Kruglanski. Para ser mais exato, as metáforas de guerra de Nixon espelham as do discurso de Kruglanski (2007) sobre o terrorismo. Isto sugere que a securitização da fronteira dos EUA tem sido utilizada mesmo em tempos mais recentes. Em ambos os casos, a resposta totalizante foi possível através da legitimação de medidas de emergência como a vigilância das fronteiras.

As desvantagens da utilização desta abordagem no processo de securitização dos EUA residem nos seus efeitos polarizadores e radicalizadores a longo prazo. Por exemplo,

Moyano *et al.* (2016) criticaram o processo de securitização da era Bush (a Guerra ao Terror) causado pelo ato terrorista de 11 de setembro. Na sua opinião, a sociedade norte-americana teria beneficiado mais com uma narrativa menos polarizadora que evitasse as disjunções sociais que afectam a atual divisão social. O mesmo se pode dizer da abordagem de Nixon à Guerra contra a Droga. De facto, seguindo esta ideia, enquadrar a questão como uma guerra e não como um desafio humano ofuscou os problemas associados de saúde pública e de desenvolvimento comunitário que assolavam os Estados Unidos. Teria sido aconselhável, portanto, adaptar a conceção dos seus actos discursivos. A longo prazo, teria sido mais rentável optar por uma resposta mais holística. Estas deveriam ter sido baseadas numa abordagem multidisciplinar para evitar os retrocessos criados pelos processos de securitização que apenas consideram uma questão.

## **6. DEBATE**

Este trabalho procurou responder às seguintes questões de investigação: Como é que a Guerra contra a Droga durante a Administração Nixon contribuiu para a transição do controlo fronteiriço físico ao longo da fronteira sul para mecanismos virtuais de aplicação da lei? Para encontrar uma resposta a esta questão, esta investigação recorreu aos principais princípios que constituem a teoria da securitização. Estes princípios foram utilizados como indicadores para efetuar uma análise do discurso de dois discursos proferidos por Nixon em que este declarou oficialmente a sua Guerra contra a Droga. O resultado desta análise é que o Presidente Nixon participou ativamente no enquadramento de uma ameaça à segurança proposta ao seu público e à sua audiência política como prejudicial à segurança nacional de todo o país. Graças à aceitação da narrativa por parte da audiência, foram tomadas medidas extraordinárias para impedir a entrada de drogas nos Estados. Entre essas medidas, foi possível identificar a introdução de mecanismos virtuais de fiscalização.

Investigações anteriores apontaram para a importância da fronteira virtual na definição da fronteira sul dos EUA. Heyman (2008) salientou a forma como os muros e as vedações são reforçados pelo aspeto virtual que define o lado coercivo da política de imigração dos EUA. Uma ideia avançada por Amoores *et al.* (2008, pp. 99-100) ao enumerarem o conjunto de tecnologias utilizadas para ajudar a Patrulha Fronteiriça dos EUA a classificar, através de algoritmos, o que pode ser considerado uma ameaça e o que não pode. O seu estudo centrou-se, assim, na mudança do papel humano na gestão das fronteiras, bem como na capacidade de controlo dos EUA para além da fronteira física, através do aspeto virtual da sua fronteira. Outro tipo de investigação efectuada sobre a virtualização da fronteira dos EUA estava ligada ao desenvolvimento militar. Tal como sugerido por Adams (2001), os avanços militares na utilização da tecnologia para conduzir a guerra foram utilizados para revigorar a fronteira inteligente que separa os EUA do México, a fim de garantir um controlo ótimo.

Tendo em conta esta investigação existente, tornou-se evidente uma lacuna na literatura. Ou seja, embora a securitização, a virtualização e a militarização da fronteira ao longo da fronteira sul dos EUA tenham sido estudadas, o início desta transformação não foi devidamente considerado. O objetivo deste trabalho foi precisamente preencher esta lacuna. Após a realização desta investigação, tornou-se claro que a presidência de Nixon provou ser inovadora para a história da gestão das fronteiras nos Estados Unidos. De facto, foi a primeira vez que os Estados implementaram elementos tecnológicos - como sensores terrestres e as primeiras versões de veículos aéreos não tripulados - para

monitorizar a fronteira entre os Estados Unidos e o México. Ao preencher esta lacuna no debate académico sobre as origens da fronteira inteligente para os Estados, é possível avançar ainda mais na investigação e comparação das fronteiras numa perspetiva de estudos de segurança. Além disso, ao testar a teoria da securitização para realizar com sucesso uma análise do discurso empreendida pelas elites políticas para enquadrar as necessidades de segurança, as conclusões desta investigação também podem ser aplicadas a outros casos. Por exemplo, seria possível aplicar esta investigação a casos semelhantes, como a fronteira espanhola partilhada com Marrocos. A teoria da securitização utilizada neste estudo poderia esclarecer como e quando os mecanismos de fronteira virtual foram introduzidos no regime fronteiriço espanhol.

No entanto, também é necessário mencionar as limitações deste trabalho. Embora a escolha de realizar um estudo de caso único tenha sido necessária para fornecer uma descrição exacta do papel de Nixon na promoção da virtualização da fronteira EUA-México, um estudo comparativo poderia ter proporcionado uma compreensão abrangente das fronteiras em geral. Do mesmo modo, a utilização de uma abordagem de método misto para efetuar este estudo também poderia aumentar a validade das conclusões. A integração de uma perspetiva quantitativa na abordagem qualitativa privilegiada nesta investigação poderia fornecer informações importantes para localizar as partes das fronteiras mais fortificadas em relação ao processo de virtualização.

As limitações deste trabalho representam, no entanto, uma oportunidade para estimular mais investigação sobre este tema. Comparar os resultados deste estudo com outros casos em que se registaram progressos significativos na virtualização das fronteiras como parte de um processo de fortificação mais geral. As cidades autónomas espanholas de Ceuta e Melilla, por exemplo, poderiam beneficiar deste tipo de análise. Compreender o seu processo de fortificação das fronteiras desde a sua adesão ao Espaço Schengen forneceria informações significativas sobre a forma como a gestão das fronteiras mudou devido às práticas de fronteiras virtuais. Determinar se o início desta digitalização foi complementado pelo exemplo fornecido anteriormente pelos EUA poderia ajudar a conceber as fronteiras de Ceuta e Melilha de uma forma mais abrangente. Além disso, a aplicação da teoria da securitização a estes casos específicos poderia revelar a dupla importância da narrativa nacional que justifica esta mudança no regime fronteiriço, juntamente com a narrativa implementada pela União Europeia. Desta forma, seria possível analisar a ideia da Fortaleza Europa do ponto de vista da securitização virtual.

De um modo geral, as tentativas de Nixon para combater o contrabando de droga através da fronteira sul dos EUA lançaram as bases para décadas de política fronteiriça entre os EUA e o México. A importância desta mudança no regime fronteiriço é visível no atual *modus operandi* da Patrulha de Fronteira. Manter o controlo da fronteira sul seria virtualmente impossível sem as tecnologias militares dos EUA utilizadas no Vietname e introduzidas na fronteira nacional sob Nixon. Ao traçar as origens do controlo virtual das fronteiras até à Guerra contra a Droga de Nixon, este estudo revela como a política de segurança pode transformar discretamente a própria arquitetura das fronteiras de uma nação.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adams, J. (2001). Virtual defence. *Foreign Affairs*, 80(3), 98-112.
- Amoore, L., Marmura, S., & Salter, M. B. (2008). Fronteiras e mobilidades inteligentes: Zoned spaces, enclosures. *Surveillance & Society*, 5(2).
- Armstrong, W. G. (1992). Punição, vigilância e disciplina no Paraíso Perdido. *Studies in English Literature, 1500-1900*, 32(1), 91-109. <https://doi.org/10.2307/450942>
- Barkan, R. (1972, 18 de fevereiro). Eles observam-nos, através das paredes, na escuridão da noite, enquanto caminhamos, e isso vem do Vietname. *Free Press*.
- Dafoe, A. (2015). Sobre o Determinismo Tecnológico: Uma Tipologia, Condições de Âmbito e um Mecanismo. *Science, Technology and Human Values*, 40(6), 1047-1076. <http://www.jstor.org/stable/43671266>
- Ghaffary, S. (2019, 16 de maio). A parede "mais inteligente": como drones, sensores e IA são a patrulhar a fronteira. *Vox*.
- Grandin, G. (2019, 9 de fevereiro). Como é que os Estados Unidos construíram o muro da fronteira. *The Intercept*.
- Grillo, I. (2013). Os cartéis mexicanos: um século desafiando a política de drogas dos EUA. *The Brown Journal of World Affairs*, 20(1), 253-265. <http://www.jstor.org/stable/24590897>
- Heyman, J. McC. (2008). Constructing a Virtual Wall: Race and Citizenship in U.S.-Mexico Border Policing [Construindo um Muro Virtual: Raça e Cidadania no Policiamento da Fronteira EUA-México]. *Journal of the Southwest*, 50(3), 305-333.
- Kerr, D. (1999). Decapitando o Rei e Entronizando o Mercado: Uma Crítica da Governamentalidade Foucaultiana. *Science & Society*, 63(2), 173-202.
- Koslowski, R. K. (2019, 29 de maio). *Reformas da imigração e segurança das fronteiras. fronteiras*. Artigos. <https://items.ssrc.org/border-battles/immigration-reforms-and-technologies-of-border-security/>
- Kruglanski, A. W., Crenshaw, M., Post, J. M., & Victoroff, J. (2007). What Should This Fight Be Called? Metaphors of Counterterrorism and Their Implications [Metáforas do Contraterrorismo e suas Implicações]. *Psychological Science in the Public Interest*, 8(3), 97-133. <http://www.jstor.org/stable/40062365>
- Lee, J. (2005, 31 de agosto). James H. Scheuer, congressista de Nova Iorque com 13 mandatos, morreu aos 85 anos. *The New York Times*.
- Lemke, T. (2015). *Foucault, governamentalidade e crítica*. Routledge.

- López, G. (2016, 22 de março). *Funcionário de Nixon: A verdadeira razão para a guerra contra as drogas era criminalizar negros e hippies*. Vox. <https://www.vox.com/2016/3/22/11278760/war-on-drogas-racismo-nixon>
- Lynch, M. (2008). *Ideias e perspectivas*. Em *The Handbook of Science and Technology Studies* editado por Hackett, E. J., Amsterdamska, O., e Wajcman, J., 9-11. Cambridge, MA: MIT Press
- Mendoza, M. E. (2023, 30 de outubro). *A história do muro da fronteira entre os EUA e o México*. Time. <https://time.com/6324599/bidens-trump-history-border-wall/>
- Moyano, M., Bermúdez, M. I., & Ramírez, A. (2016). Psicologia positiva para enfrentar a radicalização e o terrorismo? Uma análise do discurso de Obama no Cairo. *Escritos De Psicología - Escritos Psicológicos*, 9(3), 53-58. <https://doi.org/10.24310/espiescpsi.v9i3.13219>
- Nail, T. (2016). *Frontier theory*. Oxford University Press.
- Novak, M. (2015, 24 de setembro). Como a Guerra do Vietname trouxe a vigilância de alta tecnologia para os Estados Unidos. Gizmodo.
- Otukoya, T. A. (2024). A teoria da securitização. *Revista Internacional de Ciência e Investigação*, 11(1), 1747-1755. <https://doi.org/10.30574/ijrsra.2024.11.1.0225>
- Paden, R. (1984). Surveillance and Torture: Foucault and Orwell on the Methods of Discipline (Vigilância e Tortura: Foucault e Orwell sobre os Métodos de Disciplina). *Social Theory and Practice*, 10(3), 261-271.
- Reid, Justin M. "'An Exercise in International Extortion': Operation 'Intercept' and Nixon's 1969's War on Drugs". Tese de mestrado, Chapman University, 2022. <https://doi.org/10.36837/chapman.000412>
- Sharma, V. (2023). Uma análise da "Teoria das Fronteiras" de Thomas Nail. Nova Zelândia *Journal of Asian Studies*.
- Smith, M. R., & Marx, L. (Eds.) (1994). *Does technology drive history? O dilema do determinismo tecnológico*. Mit Press.
- Timmons, P. (2017). O muro de Trump na fronteira de Nixon: como a Operação Intercetação lançou as bases para décadas de política de fronteira EUA-México, incluindo o muro de Donald Trump. *NACLA Report on the Americas*, 49(1), 15-24. <https://doi.org/10.1080/10714839.2017.1298238>. <https://doi.org/10.1080/10714839.2017.1298238>
- Toshkov, D. (2016). *Research design in political science*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Trist, N., Cuevas, L., Couto, B., & Atristain, M. (2022). O Tratado de Guadalupe Hidalgo. Em GM Joseph e TJ Henderson (Eds.), *O leitor do México: história, cultura,*

*política* (pp. 599-603). Duke University Press.  
<https://doi.org/10.2307/j.ctv2rr3g8m.96>

Alfândegas e Proteção das Fronteiras dos EUA (2019). *Sabia que... Obeliscos com séculos de idade marcam a linha de fronteira entre os EUA e o México....* Alfândega e Proteção das Fronteiras dos EUA. <https://www.cbp.gov/about/history/did-you-know/obelisk>

Departamento de Defesa dos Estados Unidos (2017). *41 Nixon Remarks Intensified Program for Drug Abuse*. Governo dos EUA.

Vulliamy, E. (2011, 23 de julho). *A "Guerra às Drogas" de Nixon começou há 40 anos e a batalha continua.* The Guardian.  
<https://www.theguardian.com/society/2011/jul/24/war-on-drugs-40-years>

Wæver, O. (1995). *Securitization and Desecuritization*. Em R. D. Lipschutz (Ed.), *On Security* (pp. 46-87). Columbia University Press.